

FACULDADE DE DIREITO

UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DAS

1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, e 5.^a CADEIRAS

DO 1.^o ANO

RECIFE 1964

UNIVERSIDADE DO RECIFE

Faculdade de Direito

Curso de Bacharelado

1.º ano

1.ª cadeira

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO

AULA INICIAL

Introdução à Ciência do Direito

- objeto da cadeira
- sua importância
- método de ensino

1.ª Parte — NOÇÕES GERAIS

I — SOCIEDADE

1. O estudo da sociedade como preliminar do ensino do Direito.
2. O homem e a vida de relação.
3. Conceito de sociedade.
4. Grupos sociais.

II — NORMATIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL

5. Disciplina da atividade humana como condição de coexistência.
6. Regras técnicas e Normas éticas.
7. Classificação das normas éticas.

III — NORMAS DE USO SOCIAL E NORMAS RELIGIOSAS

8. Conceituação de Normas de uso social.
9. Conceituação de Normas religiosas.
10. Existência das Normas de uso social e das Normas religiosas como categorias autônomas.

IV — NORMAS DE MORAL

11. Perspectiva histórica da individualização das Normas morais no campo da ética.
12. Conceito de Moral.
13. Aspecto formal das Normas de moral.

V — NORMAS JURÍDICAS

14. Compreensão do conteúdo das Normas jurídicas.
15. Caracteres diferenciadores das Normas jurídicas.
16. Aspecto formal das Normas jurídicas.

VI — SANÇÃO DA NORMA JURÍDICA

17. Coercibilidade da Norma jurídica.

18. Classificação dos diversos tipos de sanção da Norma jurídica.

VII — TEORIA DA NORMA JURÍDICA

19. Norma e proposição normativa.
20. Norma jurídica e Lei natural.
21. Forma lógica da Norma Jurídica.
22. Decomposição da Norma jurídica em suas partes integrantes.

VIII — CIÊNCIA JURÍDICA

23. Direito como ciência.
24. Classificação do Direito no campo científico.
25. Ciência cultural: seu significado.
26. Objeto da Ciência Jurídica.

2.^a Parte — CONCEITOS JURÍDICOS FUNDAMENTAIS

IX — CONCEITO DO DIREITO

27. Apreciação do ato de conceituar.
28. Diversidade de posições doutrinárias em relação ao conceito.
29. Etimologia de "Direito".
30. Conceito integral do Direito.

X — PRINCIPAIS ACEPÇÕES DO DIREITO

31. Significações do vocábulo "Direito".
32. Direito Objetivo: conceito.
33. Direito Subjetivo: conceito.

34. Pseudo-problema da prioridade entre Direito Objetivo e Direito Subjetivo.
35. Estrutura lógica do Direito Objetivo e do Direito Subjetivo.

XI — DIREITO OBJETIVO: ESPÉCIES

36. Diversas espécies do Direito Objetivo.
37. Direito Ideal.
38. Direito Positivo: conceito.
39. Positividade e vigência.

XII — DIVISÃO DO DIREITO POSITIVO

40. Multiplicidade de critérios diferenciadores do Direito Público e do Direito Privado.
41. Unidade do Direito Positivo.
42. Condicionalidade histórica da problemática da divisão do Direito Positivo.

XIII — DIREITO NATURAL

43. Evolução histórica da concepção jusnaturalista.
44. Negação do jusnaturalismo.
45. Conceito hodierno do Direito Natural.
46. Direito Natural e Direito Positivo; co-implicações.

XIV — FONTES DO DIREITO

47. Teorias das fontes do Direito.
48. Fontes Formais.
49. Fontes Materiais.

3.ª Parte — NOÇÕES DE DIREITO OBJETIVO

XV — LEI JURÍDICA

50. Etimologia da “Lei”.
51. Conceito de Lei Jurídica.
52. Estilo das leis através da História.

XVI — CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS

53. Diversos critérios classificadores das leis.
54. Decreto, Decreto-lei e Regulamento: diferenciação.

XVII — CODIFICAÇÃO

55. Debate doutrinário sobre adoção da Codificação.
56. Condicionantes históricos e políticos da tarefa codificadora.
57. Coleção de leis, Consolidação e Código.

XVIII — OBRIGATORIEDADE DAS LEIS

58. Fundamento da obrigatoriedade das leis.
59. Ignorância das leis.
60. Termo inicial da obrigatoriedade das leis.
61. “Vacatio-legis”.

XIX — OBRIGATORIEDADE DAS LEIS

62. Termo final da obrigatoriedade das leis.
63. Causas intrínsecas e extrínsecas da cessação da obrigatoriedade das leis.

64. Lei ripristinatória.

XX — CONFLITO DE LEIS NO TEMPO

65. Estrutura do conflito intertemporal de leis.
66. Soluções doutrinárias propostas para o conflito de leis no tempo.
67. Apreciação da solução do conflito intertemporal de leis no sistema justapositivo brasileiro.

XXI — CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO

68. Estrutura do conflito interespacial de leis.
69. Critérios juscientíficos para solução do conflito de leis no espaço.
70. Orientação vigente no Brasil na solução do conflito interespacial de leis.

XXII — COSTUME JURÍDICO

71. Direito Consuetudinário: compreensão.
72. Hábito, uso e costume.
73. Requisitos para formação do Costume Jurídico.
74. Relações do Costume com a lei.

XXIII — JURISPRUDÊNCIA

75. Requisitos para formação da Jurisprudência.
76. Importância da Jurisprudência como fonte formal do Direito.

XXIV — DOCTRINA

77. Compreensão da Doutrina como fonte formal do Direito.
78. Formas de atuação da Doutrina.
79. Princípios Gerais do Direito.

4.^a Parte — NOÇÕES DE DIREITO SUBJETIVO

XXV — DIREITO SUBJETIVO

80. Teorias sobre a natureza do Direito Subjetivo.
81. Negação ao Direito Subjetivo.
82. Elementos integrantes do Direito Subjetivo.

XXVI — SUJEITO DOS DIREITOS

83. Conceituação de sujeitos dos direitos.
84. Direitos sem sujeito.
85. Dualidade de sujeitos. Multiplicidade.

XXVII — PESSOA COMO SUJEITO DE DIREITOS

86. Pessoa Natural.
87. Pessoa Jurídica.
88. Da realidade no conceito de Pessoa Jurídica.
89. Concepção hodierna de pessoa em sentimento jurídico. Amplitude expressional.
90. Personalidade e capacidade jurídica — noções genéricas.

XXVIII — OBJETO DOS DIREITOS

91. Conceituação de objeto dos direitos.
92. Coisas como objeto dos direitos.
93. Pessoa como objeto de direitos.
94. “Jura in se ipsum”.

XXIX — RELAÇÃO JURÍDICA

95. Conceituação de relação jurídica.
96. Espécies de relações jurídicas.

XXX — FATO JURÍDICO COMO FONTE DO DIREITO SUBJETIVO

97. Categorias jurídicas fundamentais.
98. Diferença entre fato e suposto jurídico.
99. Fato jurídico: sentido amplo e sentido restrito.
100. Ato jurídico.
101. Ato ilícito.

AULA DE ENCERRAMENTO

- Retrospecto do curso.
- A cultura jurídica e a missão.
- das Faculdades de Direito.

J. J. de Almeida
Catedrático

PROGRAMA DE ECONOMIA POLÍTICA DA FACULDADE
DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

(2a. cadeira do 1.º ano)

1. O processo econômico.
 - a) — Necessidade, riqueza, valor e preço;
 - b) — Produção, distribuição, circulação, consumo e reprodução da riqueza.

2. A Ciência Econômica.
 - a) — Conceito, objeto e agente;
 - b) — Falsos dilemas metodológicos.

3. Produção e reprodução da riqueza.
 - a) — Tipos de produção;
 - b) — Capital e mais-valia;
 - c) — Poupança e investimento;
 - d) — Renda;
 - e) — Salário, lucro e arrendamento;
 - f) — Lei dos rendimentos decrescentes.

4. Comportamentos fundamentais da demanda e da oferta.

- a) — Equilíbrio econômico;
- b) — Preços na competição perfeita.
- c) — Variáveis da demanda e da oferta;
- d) — Elasticidade econômica;
- e) — Custo de produção;
- f) — Lei da utilidade marginal;
- g) — Multiplicador.

5. Empresa.

- a) — Conceito e funções da administração pública e privada;
- b) — Princípios gerais de administração (divisão do trabalho, autoridade, responsabilidade, unidade de comando, unidade de direção, conciliação de interesses, remuneração);
- c) — Princípios gerais de administração (cont.) (centralização e descentralização, hierarquia, ordem, equidade, estabilidade, iniciativa e união);
- d) — Elementos de administração (previsão, organização, comando, coordenação, controle);
- e) — Técnicas de produção (Taylorismo, Fayolismo, Fordismo, Stakhanovismo);
- f) — Automação.

6. Moeda e Banco.

- a) — Características e tipos de moeda;
- b) — Lei de Gresham e liquidez;
- c) — O problema do padrão;
- d) — Valor da moeda;

- e) — Inflação e deflação;
- f) — Crédito e juro;
- g) — Características e evolução dos Bancos;
- h) — Principais sistemas bancários: estadunidense, soviético, inglês e francês;
- i) — Sistema bancário brasileiro.

7. Trocas internacionais.

- a) — Teorias do comércio internacional;
- b) — Balanço de pagamento e balanço comercial;
- c) — Câmbio;
- d) — Conversibilidade e zonas monetárias;
- e) — Protecionismo e livre-cambismo;
- f) — Organizações internacionais: BIRD, FMI, Mercado Comum europeu-ocidental, Comecon, Tratado de Montevidéu.

8. Desenvolvimento económico.

- a) — Morfologia do Subdesenvolvimento;
- b) — Excedente económico e vontade de economizar;
- c) — Instituições económicas propiciando ou dificultando o Desenvolvimento;
- d) — Conhecimento e técnica;
- e) — Recursos naturais e demográficos;
- f) — Capital;
- g) — Crítica às teses de Schumpeter, Nurkse, Hirschman, Baran, Myrdal, etc.

9. A Economia brasileira.

- a) — A ocupação territorial;
 - b) — O sistema escravista;
 - c) — A transição para o trabalho assalariado;
 - d) — A transição para um sistema industrial;
 - e) — Crítica às teses de Gudin, Simonsen, Furtado, Jaguaribe, Cândido Mendes, Rangel, etc.
10. — A Economia nordestina.
- a) — Etapas da formação econômica do Nordeste em especial;
 - b) — Morfologia atual;
 - c) — Análise dos relatórios Singer, Robock, Lebret, OPENO, etc.
11. A Estatística econômica.
- a) — A Estatística como Ciência;
 - b) — A pesquisa estatística;
 - c) — Estatística comparada;
 - d) — As medidas relativas;
 - e) — Aplicação à Economia.

As aulas práticas sôbre os temas, aplicando as sistematizações teóricas aos problemas brasileiros e, em especial, ao Nordeste, inclusive visitando emprêsas industriais, agrícolas, comerciais, e órgãos de planejamento público.

Seminários sôbre os referidos assuntos.

Conferências em tórno das mencionadas questões.

Recife, 3 de janeiro de 1964

Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
Catedrático

PROGRAMA DE ENSINO DA 3a. CADEIRA DO 1.º ANO

DIREITO ROMANO

INTRODUÇÃO

1. — Conceito do Direito. O Direito Romano. Generalidades. O Direito Romano como elemento formador dos direitos modernos. Objeto do seu estudo. Utilidade e método.
2. — Fases da evolução do Direito Romano.
3. — Fontes históricas do Direito Romano.
4. — A ciência jurídica e o ensino do Direito entre os romanos.
5. — Legislação de Justiniano.
6. — O Direito Romano após Justiniano no mundo ocidental, particularmente na Península Ibérica e na América Latina. Vigência atual do Direito Romano.
7. — O direito objetivo. Idéias romanas sôbre o Direito. Direito e equidade.
8. — Divisões do Direito.
9. — Formas de expressão do Direito entre os romanos.
10. — Interpretação e integração do Direito.
11. — Aplicação do Direito. O direito subetivo. Ele-

mentos, espécies e qualidades. Direito subjetivo e *actio*.

12. — O direito privado e sua exposição. Sistemas romano e modernos.

PARTE GERAL

13. — Do sujeito do direito. Personalidade em direito. Pessoas jurídicas e pessoas físicas. Dos elementos da personalidade.
14. — Das pessoas físicas, noção e requisitos. Do *status*.
15. — Extinção da personalidade, morte e *capitis deminutio*. *In famia* e *turpitude*.
16. — Capacidade de agir e as qualidades juridicamente relevantes das pessoas físicas.
17. — Das pessoas jurídicas. Noções e teorias. Classificação. Das diversas espécies das pessoas jurídicas entre os romanos.
18. — Da constituição, capacidade e extinção das pessoas jurídicas.
19. — Do objeto do direito em geral. Das cousas e suas divisões. Do patrimônio.
20. — Aquisição, perda e transmissão dos direitos. Modificações e fases dos direitos.
21. — Dos fatos jurídicos em geral. Dos atos jurídicos em geral.
22. — Do negócio jurídico, conceito, espécies, elementos e requisitos. Negócios jurídicos do *ius civile*.
23. — Modalidades dos negócios jurídicos.
24. — Defeitos dos negócios jurídicos.

25. — Invalidade dos negócios jurídicos.
26. — Representação nos negócios jurídicos.

PROCESSO

27. — Exercício e proteção dos direitos. As ações e suas várias espécies.
28. — Organização judiciária dos romanos.
29. — Evolução geral do processo civil dos romanos.
30. — O processo *per legis actiones*.
31. — O processo *per formulas*. A fórmula, sua estrutura e suas partes. Espécies.
32. — Processo formular. Marcha do processo.
33. — Sentença e sua execução no processo formular.
34. — Proteção jurídica extra-processual.
35. — *Cognitio extra-ordinem* e sua generalização na época post-clássica. Trâmites processuais.
36. — Sentença: Processos Especiais.

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

37. — Direito das obrigações em geral. Conceito do direito de crédito e distinção das demais espécies de direitos.
38. — Das obrigações romanas e seus desenvolvimentos histórico.
39. — Elementos das obrigações.
40. — As espécies das obrigações.
41. — Modalidades das obrigações.
42. — Transmissão das obrigações.
43. — Extinção das obrigações.
44. — Inexecução das obrigações. Culpa. Mora.

45. — Impossibilidade da prestação. Caso fortuito e força maior.
46. — Das fontes das obrigações em geral.
47. — Do contrato. Noções, espécies e elementos.
48. — O sistema contratual romano.
49. — Contratos reais.
50. — Contratos verbais e contratos literais.
51. — Contratos consensuais.
52. — Contratos inominados.
53. — Pactos.
54. — Quase-contratos. Noções e espécies.
55. — Atos ilícitos em geral. Dolo e culpa.
56. — Delitos públicos e privados, civis e pretórios (quasi-delitos).
57. — Efeitos dos atos ilícitos.

DIREITOS REAIS

58. — Dos direitos reais. Conceito e espécies.
59. — A posse no Direito Romano, sua natureza e elementos. Posse e detenção. Origem e fundamento da proteção possessória.
60. — As diferentes espécies de posse. Da posse de direito e de estado. Da composses.
61. — Da aquisição, conservação e perda da posse.
62. — Dos efeitos da posse. Direito e deveres do possuidor de boa e de má-fé.
63. — Proteção possessória: os interditos possessórios, seus caracteres, espécies e efeitos. Processo dos interditos possessórios.
64. — Noção de direito de propriedade. Seus caracteres.

65. — História da propriedade romana.
66. — Limitações da propriedade.
67. — Da comunhão e do condomínio.
68. — Da defesa do domínio.
69. — Da aquisição originária e derivada da propriedade. *Modus e titulus acquirendi*.
70. — Da *traditio*. Noções, requisitos e efeitos.
Noção e requisitos. Efeitos.
71. — Da *usucapio* e da *longi temporis praescriptio*.
72. — Ocupação, *thesaurus*, *accessio*, especificação e confusão.
73. — Noção e requisitos das servidões. As várias espécies de servidões.
74. — Direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominantes e serviente. Da indivisibilidade e da inalienabilidade das servidões. Tutela do direito de servidão.
75. — Noção e espécies do usufruto. Do objeto do usufruto. Quasi-usufruto.
76. — Direitos do usufrutuário. Constituição, duração e extinção do usufruto.
77. — Do uso, da habitação e do trabalho de escravos e animais.
78. — Noção do direito de enfiteuse, seu objeto e sua duração. Direitos e deveres do enfiteuta e do proprietário.
79. — Modos de constituição, transmissão e extensão do direito de enfiteuse.
80. — O direito de superfície.
81. — Direito reais e garantias. Conceito. Natureza jurídica dos direitos reais de garantia. Seu desen-

volvimento histórico. A *fiducia*, o *pignus* e a *hypotheca*.

82. — Objeto do penhor. Constituição do direito de penhor e de hipoteca. Direitos do credor pignoratício e do hipotecário. Ações hipotecárias e pignoratícias. Extinção do penhor e da hipoteca.

DIREITO DE FAMÍLIA

83. — O Direito de Família. Natureza e disciplina das relações de família.
84. — Noção e essência da família romana, seu desenvolvimento histórico. Família civil e família natural.
85. — Das relações de parentesco.
86. — Do matrimônio e da *manus*. Espécies de casamento em Roma. Instituições afins. Os *sponsalia*.
87. — Requisitos e efeitos do casamento. Direito e deveres dos cônjuges.
88. — Dissolução do matrimônio. Do *divortium* e do *repudium*.
89. — Do dote e suas espécies. Modos de constituição. Direitos dos cônjuges sobre os bens dotais.
90. — Da restituição do dote. Da *donatio propter nuptias*. Dos bens parafernais.
91. — Da *patria potestas*. Poderes do pai quanto à pessoa e aos bens dos filhos.
92. — Da aquisição e extinção do pátrio poder.
93. — Da filiação legítima e da ilegítima.
94. — Da legitimação.
95. — Da adoção.

96. — Da tutela e suas espécies. Da capacidade para ser tutor e suas excusas.
97. — Da administração da tutela. *Negotiorum gestio* e *auctoritatis interpositio*. Poderes e responsabilidade dos tutores. Da plurabilidade dos tutores. Extinção da tutela.
98. — Noção e espécies de curatela. Poderes e responsabilidade.

DAS SUCESSÕES E DOAÇÕES

99. — Do direito das sucessões. Sua compreensão no sistema romano. Das sucessões e causas gerais de aquisição, *mortis causa* e *inter-vivos*.
100. — Evolução histórica do direito hereditário romano. *Hereditas* e *bonorum possessio*.
101. — Da capacidade para suceder. Indignidade e deserdação.
102. — Da sucessão legítima, no antigo e no novo direito romano.
103. — Dos herdeiros necessários. Das colações.
104. — Da sucessão testamentária. O testamento e suas espécies.
105. — Da capacidade para testar. Conteúdo do testamento. Sua interpretação.
106. — Da abertura, prova e execução do testamento.
107. — Da invalidade e da revogação do testamento.
108. — Dos condicilos.
109. — Da instituição de herdeiros.
110. — Das substituições.
111. — Da aquisição da herança. Aceitação e recusa de herança.

112. — Dos benefícios do inventário e da separação do patrimônio.
113. — Noções e história dos legados e fideicomisso. Suas condições.
114. — Das espécies de legados e seus efeitos.
115. — Aquisição, invalidez e revogação dos legados.
116. — Do fideicomisso.
117. — Da *mortis causa capio* e da *donatio mortis causa*.
118. — Das doações. Noção. Limites e formas. Doações especiais. Revogação da doação.

TRABALHOS PRÁTICOS

1. — Exercício de consulta às fontes do Direito Romano.
2. — Pesquisas das interpelações.
3. — Prática do processo romano.
4. — Exercícios sôbre casos práticos colhidos nas fontes romanas.

TRABALHOS DE SEMINÁRIO

1. — Estudos comparados do Direito Romano com o Direito Civil Brasileiro, em relação ao negócio jurídico, transmissão das obrigações, aquisição de propriedade, tutela, sucessão legítima e testamentária.
2. — Os princípios do Direito Romano.
3. — Direito Romano e Direito Anglo-americano.
4. — O latim jurídico.
5. — Vocabulário jurídico.
6. — Adágios jurídicos.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre Correia, Manual de Direito Romano e Textos
(2 vls.).
- Vandick Londres da Nóbrega, Sistema de Direito Privado
Romano.
- Ebert Chamoun, Direito Romano.
- Silvio Meira, Direito Romano.
- De Ruggiero, *Istituzione di Diritto Civile* (existem tradu-
ções em português, francês e castelhano).
- Iglesias, Direito Romano.
- Joers, *Derecho Privado Romano*.
- Bonfante, *Diritto Romano* (existe tradução espanhola).
- Girard, *Droit Romain*.
- Petit, *Droit Romain* (existe tradução espanhola).
- Girard, *Textes de Droit Romain*.
- Nommsen, Krueger & Scheell, *Corpus Juris Civilis*.
- Alexandre Correia e Gaetano Sciascia, Direito Romano e
Direito Civil Brasileiro.
- César Silveira, Dicionário de Direito Romano (2 vls.).

Faculdade de Direito do Recife, 31 de dezembro de 1963

O Professor Catedrático interino
Mário Neves Baptista

PROGRAMA DE ENSINO DA 4a. CADEIRA DO 1.º ANO

TEORIA GERAL DO ESTADO

I

1. — Conceito de teoria.
2. — Objeto da Teoria Geral do Estado.
3. — Metodologia da Teoria Geral do Estado. Posição da Teoria Geral do Estado na classificação das ciências.
4. — Teoria Geral do Estado e as ciências do direito público.
5. — Do conceito de Estado.
6. — Problema da origem do Estado.
7. — Da personalidade do Estado.
8. — Estado, sociedade e economia.
9. — Estado e Direito.
10. — Teoria dos fins do Estado.
11. — Do território do Estado.
12. — Da população do Estado.
13. — Do poder do Estado: sua origem e evolução.
14. — Caracteres jurídicos de poder do Estado. Limitações ao poder do Estado.
15. — Da soberania: formação histórica.
16. — Da soberania: tendências doutrinárias.

II

17. — Conceito de constituição.
18. — Origem das constituições.
19. — Tipos de constituições.
20. — Supremacia da constituição e contrôlo da constitucionalidade.
21. — O poder constituinte.
22. — Constitucionalismo e Estado de Direito.
23. — Teoria do Governo.
24. — Dos órgãos do Estado.
25. — Conceito de competência.
26. — Da monarquia: caracteres e evolução histórica.
27. — Da República: caracteres e evolução histórica.
28. — Conceito e tipos de democracia.
29. — Os pressupostos sociológicos e filosóficos da Democracia.
30. — Teoria da representação política.
31. — O Regimen parlamentar.
32. — O regime presidencial.
33. — O regime diretorial.

III

34. — Funções do Estado.
35. — I) Da função Legislativa;
II) Da função Executiva;
III) Da função Judicial.
36. — Separação e equilíbrio de poderes.
37. — Formas de Estado.
38. — Uniões de Estados no Direito Público externo.

39. — Uniões de Estados no Direito Público interno.
40. — Conceito de Estado Federal: divergências doutrinárias.
41. — Origem do Estado federal. Sua evolução até o Estado contemporâneo.
42. — Crise do Estado liberal: sentido e causas.
43. — O Estado fascista e o nacional-socialista.
44. — O Estado soviético.
45. — As diretrizes do Estado democrático contemporâneo.
46. — Evolução do Estado brasileiro.

IV

47. — A Teoria Geral do Estado como Direito público geral.
48. — A Teoria Geral do Estado como Sociologia política.
49. — Os pressupostos gnoseológicos da Teoria Geral do Estado.
50. — Fenomenologia do ato político.
51. — Teoria Geral do Estado, Filosofia social e Filosofia jurídica.

Prof. Lourival Vilanova
Catedrático

